

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TEMAS AVANÇADOS DE ARBITRAGEM								
DOCENTE	FABIANO ROBALINHO (Assistente) E FABIANE VERÇOSA (Supervisão)								
CÓDIGO	GRDDIRELE212	SEMESTRE	2022.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	A Eficácia do Processo e os Métodos Alternativos de Solução de disputas. Natureza Jurídica da Arbitragem. O Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Fundamentos da Arbitragem: as Partes na Arbitragem, o Objeto de Arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e Compromisso Arbitral, questões diversas sobre a cláusula compromissória. Procedimento arbitral: instauração da Arbitragem, processo de escolha e nomeação dos árbitros, procedimento Arbitral, sentença arbitral. A relação entre o juízo arbitral e o poder judiciário: hipóteses de intervenção do Judiciário antes do procedimento arbitral, cooperação entre o Judiciário e a arbitragem, nulidade do Laudo Arbitral: Ação de nulidade (art. 32) e embargos de Devedor, execução das Sentenças Arbitrais.								
OBJETIVOS	Analisar a arbitragem como meio de resolução de disputas do sistema judiciário brasileiro.								
METODOLOGIA	Aulas expositivas com a participação dos alunos e preparação de peças do processo.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Cláusula compromissória – Questões práticas Elementos fundamentais da cláusula compromissória Subrogação processual Desconsideração da personalidade jurídica Casos SEC nº. 14.930-EX, Corte Especial, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 27.06.2019 REsp 1.962.113-RJ, Terceira Turma, Rel.ª Min.ª Nancy Andrighi, DJe 25.03.2022. REsp 1.698.730-SP, Terceira Turma, Rel. Min. Marco Bellizze. DJe 08.05.2018								
2	Arbitragem e Terceiros Teoria do <i>Group of Companies</i> Admissão de assistentes (simples e litisconsorciais) e de amicus curiae Consolidação e reunião de arbitragens por conexão Casos REsp 1.639.035/SP, TERCEIRA TURMA, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 15.10.2018 Caso Dow Chemical v. Isover Saint Gobain (CCI n. 4131/1982)								
3	O Dever de Revelação do Árbitro Imparcialidade, independência e neutralidade dos árbitros Conflitos de interesse O dever de revelação <ul style="list-style-type: none"> Extensão e Aplicação 								

	<ul style="list-style-type: none"> • Duração do dever de revelar. E se o fato gerador do dever de revelar desaparecer? • Nulidade de sentença pela não revelação de fato relevante <p>O dever de curiosidade das partes Aplicação das <i>'IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration'</i> no direito brasileiro e demais fontes normativas</p>
4	<p>Arbitragem e Corrupção Arbitrabilidade Dever dos árbitros Arbitragens fraudulentas</p>
5	<p>Publicidade e Transparência na Arbitragem Confidencialidade de arbitragem Publicação de sentenças Publicidade da composição de Tribunais Arbitrais Segredo de justiça em processos judiciais que versarem sobre arbitragem (art. 189, IV, CPC)</p>
6	<p>Revisão</p>
7	<p>P1</p>
7	<p>Vista de prova</p>
8	<p>Arbitragem e Administração Pública Incidência do princípio da legalidade Arbitragem e contratos públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arbitrabilidade objetiva • Arbitrabilidade subjetiva <p>Experiência estrangeira – arbitragem de investimentos</p> <p>Doutrina ANDRADE, Gustavo Fernandes de. Arbitragem e administração pública: da hostilidade à gradual aceitação. In: MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZI, Renato Resende. A Reforma da Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2022, pp. 411-459</p>
9	<p>Arbitragem e Questões Societárias Sistema de resolução de disputas societárias e de mercado de capitais Arbitragem “multipartes” x Arbitragem “coletiva” Transparência e Confidencialidade em arbitragens societárias</p> <p>Cláusula compromissória estatutária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arbitrabilidade objetiva • Arbitrabilidade subjetiva <ul style="list-style-type: none"> ▪ Companhia ▪ Acionista controlador ▪ Administrador ▪ Conselho Fiscal • Escopo e aplicação temporal <p>Dano aos acionistas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tutela dos acionistas minoritários • Responsabilidade societária • Medidas e ações cabíveis • Legitimidade ativa e associações <p>Dano à companhia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tutela do direito da companhia • Ações diretas – Legitimação ordinária • Ações Derivadas – Legitimação Extraordinária (arts. 159 e 246, LSA) <p>Anulação de deliberações e assembleias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legitimidade ativa e passiva • Litisconsórcio acionário: necessário ou facultativo? • Litispendência e coisa julgada • Necessidade de transparência <p>Doutrina</p>

	MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto de arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012. CAVALCANTI, Fabiano Robalinho. Questões Atuais da Arbitragem Societária.
10	<p>Conflitos de Competência</p> <p>Juízo estatal x Tribunal arbitral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência para conhecer e apreciar o conflito • Critérios de resolução do mérito <p>Tribunal arbitral x Tribunal arbitral (câmaras distintas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência para conhecer e apreciar o conflito • Critérios de resolução do mérito <p>Tribunal arbitral x Tribunal arbitral (mesma câmara)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência para conhecer e apreciar o conflito • Critérios de resolução do mérito <p>Casos STJ, CC 185.702/DF e CC 185.705/DF, Rel. Ministro MARCO AURELIO BELLIZZE, julgado em 22/06/2022 STJ, CC 111.230/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013</p>
11	<p>Arbitragem doméstica x Internacional Teoria geral da arbitragem internacional Sistema monista e dualista</p> <p>Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência • Exame delibatório • Análise de ordem pública <p>Análise da Convenção de Nova Iorque Prática internacional x Prática doméstica US Code § U.S. Discovery – Possibilidade de assistência para Tribunais Arbitrais estrangeiros</p>
12	<p>Efeitos da Recuperação Judicial e da Falência na Arbitragem Aspectos gerais Clausula compromissória e falência ou recuperação judicial Representação da massa falida Efeitos da insolvência decretada no exterior</p>
13	Revisão
14	P1
15	Vista de provas
TRILHA	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A ser discutido com os alunos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. SCHMIDT, Gustavo da Rocha; FERREIRA, Daniel Brantes; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Comentários à Lei de Arbitragem. São Paulo: Grupo Gen – Editora Método, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CAHALI, Francisco José; TEODORO, Viviane Rosolia. Transmissão da Cláusula Arbitral às Seguradoras em Caso de Sub-Rogação e a Sentença Estrangeira Contestada 14.930. Revista dos Tribunais, Vol. 1040, Jun 2022, pp. 71-88 CAVALCANTI, Fabiano Robalinho. Questões Atuais da Arbitragem Societária. DIDIER, Jr. Fredie. A Sub-Rogação Prevista no Art. 786 do Código Civil e a Convenção de Arbitragem Celebrada pelo Segurado. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 24, Jul/Set 2020, pp. 95-116; MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto de arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

	WALD, Arnoldo. A Desconsideração na Arbitragem Societária. Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 44. Jan/Mar 2015, pp. 49-64.
--	--